

## **Manifesto para a renovação da história**

(texto apresentado no Colóquio da Academia Britânica sobre Historiografia marxista,  
13/11/2004)

**Eric Hobsbawm**

"Até agora, os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo; trata-se de transformá-lo." Os dois enunciados da célebre "Teses sobre Feuerbach", de Karl Marx, inspiraram os historiadores marxistas. A maioria dos intelectuais que aderiram ao marxismo a partir da década de 1880 – entre eles os historiadores marxistas – fizeram isso porque queriam mudar o mundo, junto com os movimentos operários e socialistas; movimentos que se transformariam, em grande medida devido à influência do marxismo, em forças políticas de massas.

Essa cooperação orientou de maneira natural os historiadores que queriam transformar o mundo na direção de certos campos de estudo —fundamentalmente, a história do povo ou da população operária— os quais, se bem atraíam naturalmente as pessoas de esquerda, não tinham em sua origem nenhuma relação particular com uma interpretação marxista. Por outro lado, quando esses intelectuais deixaram de ser revolucionários sociais, a partir da década de 1890, com frequência também deixaram de ser marxistas. A revolução soviética de outubro de 1917 reavivou esse compromisso. Lembremos que os principais partidos socialdemocratas da Europa continental abandonaram completamente o marxismo apenas na década de 1950, e às vezes ainda depois disso. Essa revolução gerou, também, o que poderíamos chamar de uma historiografia marxista obrigatória na URSS e nos Estados, que depois foi adotada por regimes comunistas. A motivação militante foi reforçada durante o período do antifascismo. A partir da década de 1950 essa tendência começou a decair nos países desenvolvidos — mas não no Terceiro Mundo — apesar de que o considerável desenvolvimento do ensino universitário e a agitação estudantil geraram, dentro da universidade, na década de 1960, um novo e importante contingente de pessoas decididas a mudar o mundo.

Contudo, apesar de desejar uma mudança radical, muitas delas já não eram abertamente marxistas, e algumas já não eram marxistas em absoluto.

Esse ressurgimento culminou na década de 1970, pouco antes do início de uma reação massiva contra o marxismo, mais uma vez por razões essencialmente políticas. Essa reação teve como principal efeito — exceto para os liberais, que ainda acreditam nisso — o aniquilamento da ideia de que é possível predizer, apoiados na análise histórica, o sucesso de uma forma particular de organizar a sociedade humana. A história havia se dissociado da teleologia.

Considerando as incertas perspectivas que se apresentam aos movimentos socialdemocratas e social-revolucionários, não é provável que assistamos a uma nova onda politicamente motivada de adesão ao marxismo. Mas devemos evitar cair em um centrismo ocidental excessivo. A julgar pela demanda de que são objeto meus próprios livros de história, comprovo que ela se desenvolve na Coreia do Sul e em Taiwan, desde a década de 1980, na Turquia, desde a década de 1990, e que há sinais de que atualmente avança no mundo árabe.

### **A virada social**

O que aconteceu com a dimensão "interpretação do mundo" do marxismo? A história é um pouco diferente, ainda que paralela. Concerne ao crescimento do que se pode chamar de reação anti-Ranke, da qual o marxismo constituiu um elemento importante, apesar de que isso nem sempre foi totalmente reconhecido. Tratou-se de um movimento duplo.

Por um lado, esse movimento questionava a ideia positivista segundo a qual a estrutura objetiva da realidade era, por assim dizer, evidente: bastava com aplicar a metodologia da ciência, explicar por que as coisas tinham ocorrido de tal ou qual maneira e descobrir *wie es eigentlich gewesen* (como ocorreu realmente). Para todos os historiadores, a historiografia se manteve e se mantém enraizada em uma realidade objetiva, ou seja, a

realidade do que ocorreu no passado; contudo, não está baseada em fatos e, sim, em problemas, e exige investigação para compreender como e por que esses problemas — paradigmas e conceitos— são formulados da maneira em que são o em tradições históricas e em meios socioculturais diferentes.

Por outro lado, esse movimento tentava aproximar as ciências sociais da história e, em consequência, englobá-las em uma disciplina geral, capaz de explicar as transformações da sociedade humana. Segundo a expressão de Lawrence Stone, o objeto da história deveria ser "propor as grandes perguntas do por que". Essa "virada social" não veio da historiografia, senão das ciências sociais — algumas delas incipientes como tais— que naquele momento firmavam-se como disciplinas evolucionistas, ou seja, históricas.

Na medida em que é possível considerar Marx como o pai da sociologia do conhecimento, o marxismo — apesar de ter sido denunciado erradamente em nome de um suposto objetivismo cego— contribuiu para dar o primeiro aspecto desse movimento. Além disso, o impacto mais conhecido das ideias marxistas — a importância outorgada aos fatores econômicos e sociais — não era especificamente marxista, ainda que a análise marxista pesou nessa orientação, que estava inscrita em um movimento historiográfico geral, visível a partir da década de 1890, e que culminou nas décadas de 1950 e 1960, para benefício da geração de historiadores à qual pertencço, que teve a possibilidade de transformar a disciplina.

Essa corrente socioeconômica superava o marxismo. A criação de revistas e instituições de história econômico-social às vezes foi obra —como na Alemanha— de socialdemocratas marxistas, como ocorreu com a revista *Vierteljahrschrift* em 1893. Não aconteceu da mesma maneira na Grã Bretanha, nem na França, nem nos Estados Unidos. E inclusive na Alemanha, a escola de economia, marcadamente histórica, não tinha nada de marxismo. Somente no Terceiro Mundo do século XIX (Rússia e os Balcãs) e no do século XX, a história econômica adotou uma orientação principalmente social-revolucionária, como toda "ciência social". Em consequência disto, foi muito

atraída por Marx.

Em todos os casos, o interesse histórico dos historiadores marxistas não se centrou tanto na "base" (a infra-estrutura econômica) como nas relações entre a base e a superestrutura. Os historiadores explicitamente marxistas sempre foram relativamente escassos.

Marx influenciou a história principalmente através dos historiadores e dos pesquisadores em ciências sociais que retomaram as questões que ele colocava, tenham eles trazido, ou não, outras respostas. Por sua vez, a historiografia marxista avançou muito em relação ao que era na época de Karl Kautsky e de Georg Plekhanov, em boa parte graças à sua fertilização por outras disciplinas (fundamentalmente a antropologia social) e por pensadores influenciados por Marx e que completavam seu pensamento, como Max Weber.

Se destaco o caráter geral dessa corrente historiográfica, não é por vontade de subestimar as divergências que contém, ou que existiam no seio de seus componentes. Os modernizadores da história colocaram-se as mesmas questões e consideravam-se comprometidos nos mesmos combates intelectuais, seja que tenham buscado inspiração na geografia humana, na sociologia durkheimiana e nas estatísticas, como na França (simultaneamente, a escola dos Anais e Labrousse), ou na sociologia weberiana, como a *Historische Sozialwissenschaft* na Alemanha Federal, ou mesmo no marxismo dos historiadores do Partido Comunista, que foram os vectores da modernização da história na Grã Bretanha, ou que, pelo menos, fundaram sua principal revista.

Uns e outros se consideravam aliados contra o conservadorismo na história, mesmo quando suas posições políticas ou ideológicas eram antagônicas, como Michael Postan e seus alunos marxistas britânicos. Essa coalizão progressista encontrou expressão exemplar na revista *Past & Present*, fundada em 1952, muito respeitada no ambiente dos historiadores. O sucesso dessa publicação foi devido que os jovens marxistas que a

fundaram opuseram-se deliberadamente à exclusividade ideológica, e a que os jovens modernizadores provenientes de outros horizontes ideológicos estavam dispostos a juntar-se a eles, uma vez que sabiam que as diferenças ideológicas e políticas não eram um obstáculo para o trabalho conjunto.

Essa frente progressista avançou de maneira espetacular entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, naquilo que Lawrence Stone denomina "o amplo conjunto de transformações na natureza do discurso histórico". Isso até a crise de 1985, quando ocorreu a transição dos estudos quantitativos para os estudos qualitativos, da macro para a micro-história, das análises estruturais aos relatos, do social para os temas culturais. Desde então, a coalizão modernizadora está na defensiva, igual que seus componentes não marxistas, como a história econômica e social.

Na década de 1970, a corrente dominante em história tinha sofrido uma transformação tão grande, especialmente sob a influência das "grandes questões" colocadas ao modo de Marx, que escrevi estas linhas: "Com frequência é impossível dizer se um livro foi escrito por um marxista ou por um não-marxista, a menos que o autor anuncie sua posição ideológica. Espero com impaciência o dia em que ninguém se pergunte se os autores são marxistas ou não". Mas, como também apontava, estávamos longe de semelhante utopia.

Desde então, pelo contrário, foi necessário sublinhar com maior energia qual pode ser a contribuição do marxismo para a historiografia. Coisa que não acontecia há muito tempo. Também porque é preciso defender a história contra aqueles que negam sua capacidade de ajudar-nos a compreender o mundo, e porque novos desenvolvimentos científicos transformaram completamente o calendário historiográfico.

No plano metodológico, o fenômeno negativo mais importante foi a edificação de uma série de barreiras entre o que ocorreu, ou o que ocorre, em história e nossa capacidade para observar esses fatos e entendê-los. Esses bloqueios obedecem à recusa em admitir que existe uma realidade objetiva, e não construída pelo observador com fins diversos e

mutáveis, ou ao fato de afirmar que somos incapazes de superar os limites da linguagem, ou seja, dos conceitos, que são o único meio que temos para poder falar do mundo, incluindo o passado.

Essa visão elimina a questão de saber se existem esquemas e regularidades no passado, a partir dos quais o historiador pode formular propostas significativas. Contudo, também há razões menos teóricas que levam a essa recusa: argumenta-se que o curso do passado é contingente demais, ou seja, que é preciso excluir as generalizações, uma vez que praticamente tudo poderia ocorrer ou teria podido ocorrer. De modo implícito, esses argumentos miram todas as ciências. Vamos passar por alto tentativas mais fúteis de voltar a velhos conceitos: atribuir o curso da história a altos responsáveis políticos ou militares, ou à onipotência das ideias ou dos "valores"; reduzir a erudição histórica à busca — importante, mas em si insuficiente — de uma empatia com o passado.

O grande perigo político imediato que ameaça a historiografia atual é o "antiuniversalismo": "minha verdade é tão válida quanto a sua, independente dos fatos". Esse antiuniversalismo seduz naturalmente a história dos grupos identitários em suas diferentes formas, para a qual o objeto essencial da história não é o que ocorreu, mas como isso que ocorreu afeta os membros de um grupo em particular. De modo geral, o que conta para esse tipo de história não é a explicação racional, mas a "significação"; não o que ocorreu, mas como sentem o que ocorreu os membros de uma coletividade que se define por oposição às demais em termos de religião, de etnia, de nação, de sexo, de modo de vida, ou de outras características.

O relativismo exerce atração sobre a história dos grupos identitários. Por diferentes razões, a invenção massiva de contra-verdades históricas e de mitos, outras tantas tergiversações ditadas pela emoção, alcançou uma verdadeira época de ouro nos últimos trinta anos. Alguns desses mitos representam um perigo público — em países como a Índia durante o governo hinduísta, nos Estados Unidos e na Itália de Silvio Berlusconi,

para não mencionar muitos outros dos novos nacionalismos, acompanhados ou não de manifestações de integrismo religioso.

De qualquer modo, se por um lado esse fenômeno deu lugar a muito palavrório e bobagens nas margens mais longínquas da história de grupos específicos — nacionalistas, feministas, gays, negros e outros— por outro, gerou desenvolvimentos históricos inéditos e extremamente interessantes no campo dos estudos culturais, como o "boom da memória nos estudos históricos contemporâneos", como Jay Winter o denomina. Os Lugares de Memória, coordenados por Pierre Nora, é um bom exemplo.

### **Reconstruir a frente da razão**

Diante de todos esses desvios, é tempo de restabelecer a coalizão daqueles que desejam ver na história uma pesquisa racional sobre o curso das transformações humanas, contra aqueles que a deformam sistematicamente com fins políticos e simultaneamente, de modo mais geral, contra os relativistas e os pós-modernos que se recusam a admitir que a história oferece essa possibilidade. Dado que entre esses relativistas e pós-modernos há quem se considere de esquerda, poderiam surgir inesperadas divergências políticas capazes de dividir os historiadores.

Portanto, o ponto de vista marxista é um elemento necessário para a reconstrução da frente da razão, como foi nas décadas de 1950 e 1960. De fato, a contribuição marxista provavelmente seja ainda mais pertinente agora, dado que os outros componentes da coalizão dessa época renunciaram, como a escola dos Anais de Fernand Braudel e a "antropologia social estrutural-funcional", cuja influência entre os historiadores foi tão importante. Esta disciplina foi particularmente perturbada pela avalanche em direção à subjetividade pós-moderna.

Contudo, enquanto os pós-modernos negavam a possibilidade de uma compreensão histórica, os avanços nas ciências naturais devolviam à história evolucionista da humanidade toda sua atualidade, sem que os historiadores percebessem cabalmente. E

isto de duas maneiras. Em primeiro lugar, a análise do DNA estabeleceu uma cronologia mais sólida do desenvolvimento desde o aparecimento do *homo sapiens* como espécie. Em particular, a cronologia da expansão dessa espécie originária da África para o resto do mundo, e dos desenvolvimentos posteriores, antes do aparecimento de fontes escritas. Ao mesmo tempo, isso evidenciou a surpreendente brevidade da história humana — segundo critérios geológicos e paleontológicos— e eliminou a solução reducionista da sociobiologia darwiniana.

As transformações da vida humana, coletiva e individual, durante os últimos dez mil anos, e particularmente durante as dez últimas gerações, são consideráveis demais para serem explicadas por um mecanismo de evolução inteiramente darwiniano, pelos genes. Essas transformações correspondem a uma aceleração na transmissão das características adquiridas por mecanismos culturais e não genéticos; poderia dizer-se que se trata da revanche de Lamarck contra Darwin, através da história humana. E não serve de muito disfarçar o fenômeno com metáforas biológicas, falando de "memes" ao invés de "genes". O patrimônio cultural e o biológico não funcionam da mesma maneira.

Em síntese, a revolução do DNA requer um método particular, histórico, de estudo da evolução da espécie humana. Além disso, vale a pena mencioná-lo, proporciona um marco racional para a elaboração de uma história do mundo. Uma história que considere o planeta em toda a sua complexidade como unidade dos estudos históricos, e não como um entorno particular ou uma região determinada. Em outras palavras: a história é a continuação da evolução biológica do *homo sapiens* por outros meios.

Em segundo lugar, a nova biologia evolucionista elimina a estrita distinção entre história e ciências naturais, já eliminada em grande medida pela "historicização" sistemática destas ciências nas últimas décadas. Luigi Luca Cavalli-Sforza, um dos pioneiros multidisciplinares da revolução DNA, fala do "prazer intelectual de encontrar tantas semelhanças entre campos de estudo tão diferentes, alguns dos quais pertencem tradicionalmente aos polos opostos da cultura: a ciência e as humanidades". Em síntese,



essa nova biologia nos liberta do falso debate sobre o problema de saber se a história é ou não uma ciência.

Em terceiro lugar, ela nos leva inevitavelmente para a visão de base da evolução humana adotada pelos arqueólogos e os pré-historiadores, que consiste em estudar os modos de interação entre nossa espécie e seu meio ambiente, além do crescente controle que ela exerce sobre esse meio. O que equivale essencialmente a fazer as perguntas que já fazia Karl Marx.

Os "modos de produção" (seja qual for o nome que se quiser dar-lhes) baseados em grandes inovações da tecnologia produtiva, das comunicações e da organização social — e também do poder militar — são o núcleo da evolução humana. Essas inovações, e Marx era consciente disso, não ocorreram e não ocorrem por elas mesmas. As forças materiais e culturais e as relações de produção são inseparáveis; são as atividades de homens e mulheres que constroem sua própria história, mas não no "vácuo", não fora da vida material, nem fora do seu passado histórico.

### **Do neolítico à era nuclear**

Consequentemente, as novas perspectivas para a história também devem nos levar a essa meta essencial de quem estuda o passado, mesmo que nunca seja cabalmente realizável: "a história total". Não "a história de tudo", mas a história como uma tela indivisível onde todas as atividades humanas estão interconectadas. Os marxistas não são os únicos que se propuseram esse objetivo —Fernand Braudel também fez isso— mas foram eles que o perseguiram com mais tenacidade, como dizia um deles, Pierre Vilar.

Entre as questões importantes que suscitam estas novas perspectivas, a que nos leva à evolução histórica do homem é essencial. Trata-se do conflito entre as forças responsáveis pela transformação do homo sapiens, desde a humanidade do neolítico até a humanidade nuclear, por um lado, e por outro, as forças que mantêm imutáveis a reprodução e a estabilidade das coletividades humanas ou dos meios sociais, e que

durante a maior parte da história as neutralizaram eficazmente. Essa questão teórica é central.

O equilíbrio de forças inclina-se de maneira decisiva em uma direção. E esse desequilíbrio, que talvez supere a capacidade de compreensão dos seres humanos, supera com certeza a capacidade de controle das instituições sociais e políticas humanas. Os historiadores marxistas, que não entenderam as consequências involuntárias e não desejadas dos projetos coletivos humanos do século XX, talvez possam, desta vez, enriquecidos por sua experiência prática, ajudar a compreender como chegamos à situação atual.